

A história do aborto

Por Eneida Jacobsen

Mestranda em Teologia (Escola Superior de Teologia)

Bolsista do CNPq

eneida.jacobsen@yahoo.com.br

Resenha de:

GALEOTTI, Giulia. **Historia del aborto**: los muchos protagonistas e intereses de una larga vicisitud. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004. 128p.

De questão privada a questão do Estado; de questão do Estado a assunto de homens e mulheres: as opiniões acerca do aborto jamais foram unânimes, tampouco as maneiras de lidar-se com ele. O papel atribuído pela sociedade à mulher, o modo de se conceber feto e gravidez, bem como interesses políticos prevalentes têm delineado decisiva e diversamente a história do aborto desde a Antigüidade. A jurista Giulia Galeotti, em seu livro *Historia del aborto*, propõe-se a analisar os muitos protagonistas e interesses dessa história. Originalmente publicada em italiano e entrementes disponível em português pela editora Lisboa, a obra oferece um quadro geral de uma história ainda em marcha, permitindo entender muitas das tendências atuais no que se refere aos parâmetros de validação ou de rejeição da possibilidade de interrupção de uma gravidez.

Para Galeotti, a linha divisória fundamental da história do aborto encontra-se no século XVIII quando, a partir dos descobrimentos médicos e sob a ratificação dos Estados nacionais que se consolidaram após a Revolução Francesa, começou-se a privilegiar a vida do feto, futuro trabalhador e soldado. Antes desse marco, o aborto

era fundamentalmente uma questão da mulher, a única que podia testemunhar acerca de sua gravidez. O feto, em geral, era considerado simples apêndice do corpo da mãe. Assim, no mundo greco-romano, por exemplo, a mulher que abortasse apenas era punida caso estivesse ferindo aos interesses de seu marido. Essa fase inicial da história do aborto é analisada no primeiro capítulo do livro, sob o título *Cuando el aborto era una cuestión de mujeres*.

Galeotti explica que, desde a Antigüidade até essa linha divisória fundamental, a única intervenção médica em relação ao aborto consistia em extrair o feto morto do útero materno. O pudor ante as partes íntimas da mulher coibia a atuação médica durante a gestação. Desse modo, eram as mulheres aquelas que dirigiam conselhos e instruções às gestantes; eram elas que ajudavam a parir e a abortar. Ademais, cabia exclusivamente à mulher grávida anunciar seu estado. Uma mulher que não houvesse comunicado sua gravidez também não poderia ser acusada de haver abortado. Em outras palavras, aborto era uma questão de mulheres, o que não significa que o

fruto do nascimento fosse social, econômica e politicamente irrelevante.

No capítulo intitulado *Descubrimientos científicos y dimensión política de la natalidad*, Galeotti elucida que, a partir da Revolução Francesa, principalmente, a questão do aborto passou a ter um alcance público. O índice de natalidade começou a representar uma matéria de força do Estado, que necessitava de soldados e trabalhadores. Elemento fundamental que permitiu essa mudança no modo de se lidar com o tema do aborto encontra-se nos descobrimentos científicos realizados entre os séculos XVII e XVIII. O feto podia ser visto agora como uma entidade autônoma, o que representou mudanças significativas também para a reflexão teológica da época. Seja lembrado que, em 1869, o papa Pio IX publicaria o *Apostolicae sedis*, documento no qual requer a excomunhão de mulheres que praticarem o aborto em qualquer fase da gestação.

Los descubrimientos científicos no podían dejar de tener repercusiones en el modo en que la Iglesia venía afrontando temas tales como la concepción, el parto y el aborto. Piénsese solamente en el impacto sobre el problema concerniente al momento de la animación. Desde que existe la certeza de que el embrión presenta sus componentes desde el comienzo, toda disquisición acerca de la infusión del alma – sea cual fuere la manera de ver la cuestión – pierde significado.¹

Em *El feto como término privilegiado*, Galeotti apresenta a tendência fundamental assumida pelo Estado ao longo do século XIX até as décadas de 1960 e 1970: privilegiar a vida do feto mediante uma repressão mais intensa do aborto. As mulheres passam a ser castigadas com severidade e a discussão em torno da hominização, que havia caracterizado séculos da reflexão teológica, simplesmente desaparece, uma vez que a medicina confirmava a existência do feto como uma entidade autônoma. Fabíola Rohden observa essa mesma tendência no Brasil dos séculos XIX e XX: tendo como pano de fundo questões em torno da raça e

do futuro da nação, elaborou-se “[...] um discurso e uma prática que envolviam a definição da mulher como presa ao único destino ‘natural’ da maternidade”.²

No último capítulo do livro, *A mujer como término privilegiado*, Galeotti faz referência ao evento de agosto de 1945, quando a bomba atômica lançada sobre Hiroshima exterminou aproximadamente 100 mil pessoas em um só instante. Para a autora, aquele acontecimento anunciava um novo modo de fazer guerra e representava um pressuposto importante para a nova opção política de muitos países, que passaram a determinar maior tutela à mãe em detrimento ao feto. Galeotti explica que o dado quantitativo deixa de ser determinante tanto em relação aos objetivos militares (em contraste com o primeiro pós-guerra, quando fora forte o reclamo pelo aumento da população) quanto aos fins industriais, uma vez que as novas tecnologias substituíam o homem pela máquina.

“Como frente a todas las grandes temáticas que ponen en juego a la vida y a la muerte, también en torno del aborto el debate está destinado a no apaciguarse nunca”.³ Com essas palavras, a autora finaliza o seu livro, suscitando no leitor a expectativa pelos novos possíveis interesses e protagonistas a entrarem em palco, seja para legitimar a possibilidade do aborto, seja para infirmá-la, ou mesmo para propor novas alternativas. No Brasil, o caso da menina de Recife⁴ atestou mais uma vez quais são as principais vozes

² ROHDEN, Fabíola. **A arte de enganar a natureza:** contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 36.

³ GALEOTTI, 2004, p. 121.

⁴ A menina de 9 anos havia sido estuprada pelo padrasto e estava grávida de gêmeos. O aborto foi realizado no último dia 4 de março. Em consequência, a mãe da menina e os médicos responsáveis pelo procedimento foram excomungados da Igreja Católica. O presidente Luís Inácio Lula da Silva apoiou a atitude dos médicos, afirmando que, nesse caso, a medicina teria estado mais correta que a Igreja. IGREJA critica aborto feito por menina de 9 anos violentada em PE; veja repercussão internacional. **Folha Online**. 6 mar. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u530525.shtml>>. Acesso em: 13.03.2009.

¹ GALEOTTI, 2004, p. 58.

que atualmente ocupam o palco da mídia no país: de um lado, o argumento religioso da inviolabilidade da vida do feto e, de outro, a defesa da saúde da mulher. É de se perguntar se ainda

chegará o dia em que as mulheres de nosso país terão a possibilidade de rejeitar o papel de coadjuvantes para assumir a primeira palavra quando o assunto for os seus próprios corpos.